

Por que é importante falar da educação antirracista em 2025?

Contexto é marcado por desafios na implementação da Lei nº 10.639/2003, pela persistência da desigualdade racial na educação e experiências inovadoras de educação antirracista em todo o país

Setembro de 2025

Lorrany Martins

Em um país marcado por séculos de escravidão e estruturas racistas persistentes, a escola se torna um espaço estratégico para desconstruir preconceitos, valorizar a história e a cultura negra, além de promover a igualdade racial. Nesse cenário, a educação antirracista é uma ferramenta na construção de uma sociedade democrática.

Fruto de décadas de mobilização dos movimentos negros e sociais, a educação antirracista passou a integrar a agenda pública, principalmente a partir da aprovação da [Lei nº 10.639/2003](#), que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. No entanto, ainda hoje, mais de 20 anos após a aprovação, a lei enfrenta muitos entraves para ser efetivamente cumprida, como veremos adiante.

Em 2025, o assunto ganha mais fôlego com a construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE), em debate no Congresso Nacional, e pode garantir a educação antirracista como parte das políticas públicas do país.

No entanto, a discussão sobre o tema vai além da inclusão de conteúdos no currículo e da reflexão pontual de casos de racismo na escola. Envolve a formação de professores, a revisão de materiais didáticos, o combate ao racismo estrutural nos colégios e a garantia de que crianças e jovens negros tenham suas identidades respeitadas e valorizadas.

A desigualdade no acesso à educação de qualidade, a evasão escolar de estudantes negros e a falta de representatividade nos espaços de poder educacional mostram que ainda há um longo caminho a percorrer.

Você encontra neste material:

- **Como a desigualdade racial se desenha na educação brasileira?**
 - **O que é a educação antirracista?**
 - **Perfil geral da Educação Quilombola no Brasil**
 - **Contexto histórico**
 - **O que é e o que diz a Lei nº 10.639/2003?**
 - **Ações de implementação**
 - **Projetos que podem ser exemplo pelo país**
 - **Como acompanhar pautas possíveis?**
 - **Pontos de atenção na cobertura antirracista**
-

Como a desigualdade racial se desenha na educação brasileira?



Créditos do infográfico: Lorrany Martins

O que é a educação antirracista?

A educação antirracista é uma abordagem pedagógica e política que reconhece o racismo como um problema estrutural da sociedade brasileira e busca maneiras de enfrentá-lo em ambiente escolar de forma ativa. Na prática, isso significa ir além do combate a ofensas individuais ou conflitos pontuais de discriminação racial e buscar formas de valorizar e conhecer a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

A revisão do currículo escolar, o uso de materiais didáticos que valorizem a diversidade racial e a criação de um ambiente escolar que respeite e promova a equidade são partes fundamentais dessa abordagem.

Dentro dessa perspectiva, a educação escolar quilombola também é parte da luta por equidade racial. Trata-se de uma modalidade reconhecida pela [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(LDB\)](#) e regulamentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, definidas pela [Resolução CNE/CEB nº08/2012](#). Essa modalidade reconhece os territórios quilombolas como espaços de saber e propõe um currículo conectado à realidade, à história e às lutas dessas comunidades.

Diferente da educação antirracista, que é uma abordagem pedagógica para todas as escolas, públicas e particulares, essa modalidade é voltada às comunidades quilombolas, combinando os conhecimentos tradicionais com as exigências formais da educação básica. Seu objetivo, segundo as diretrizes, é garantir o direito à educação com respeito à identidade, ao território e aos modos de vida dessas populações.

- **Perfil geral da Educação Quilombola no Brasil**

2.619 escolas em comunidades quilombolas no Brasil, sendo que 91,7% dessas instituições estão em zonas rurais

Matrículas na Educação Quilombola no Brasil

Segmento	Matrículas
Educação Infantil	56.463
Ensino Fundamental I	94.545
Ensino Fundamental II	67.914
Ensino Médio	25.134
Educação Profissional	8.112
Educação de Jovens e Adultos	32.496
Total	279.000

Educação Infantil: Recursos Disponíveis

Recurso	Percentual (%)
Banheiro acessível para PCD	23,1
Área verde	22,8
Pátio	55,3
Quadra de esportes	10,9
Parque infantil	9,6
Banheiro específico para EI	18,8
Jogos educativos	66,3
Brinquedos para EI	44,6
Materiais para atividades artísticas	13,4

Educação Infantil: Recursos Disponíveis

Recurso	Percentual (%)
Equipamento multimídia	77,0
Computador para alunos	77,7
Tablet para alunos	15,5
Acesso à internet geral	91,9
Internet para alunos	62,2
Internet para uso administrativo	87,8
Internet para ensino e aprendizagem	64,9
Internet banda larga	73,6
Lousa digital	18,2

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- **26.509** matrículas no Ensino Fundamental
- **5.987** matrículas no Ensino Médio

Professores na Educação Quilombola

- **19.850** docentes em atuação
- **71,2%** possuem formação superior em licenciatura

Fonte: Censo Escolar 2024

Contexto histórico

A educação antirracista no Brasil é resultado de décadas de mobilização do movimento negro brasileiro por uma escola que respeite e valorize a diversidade racial do país. Essa luta ganhou destaque após pressão internacional e demandas por reparação histórica.

Em 2001, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em Durban, na África do Sul, destacou o racismo como problema global, pressionando o Brasil a adotar políticas afirmativas. Dois anos depois, em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639, marco legal que alterou a [Lei de Diretrizes e Bases da Educação \(LDB\)](#) para incluir o ensino obrigatório de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Em 2008, a [Lei nº 11.645](#) ampliou o objetivo ao incluir a história indígena.

LINHA DO TEMPO

2001: O Brasil participa da 3ª Conferência Mundial contra o racismo, promovida pela ONU em Durban, na África do Sul, que reforça a urgência de ações para combater o problema.

2003: É sancionada a Lei nº 10.639 – marco legal que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas.

2004: O Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

2008: A Lei nº 11.645/2008 amplia a legislação anterior e inclui também o ensino da história e cultura dos povos indígenas.

2010: Publicada a Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

2012: A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) garante a reserva de vagas para estudantes pretos, pardos, indígenas e de baixa renda nas universidades federais.

2012: São aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

2014: Aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 10 anos, o primeiro que trata da Lei nº 10.639.

2024: O MEC lança a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq).

O que é e o que diz a Lei nº 10.639/2003?

Sancionada em 9 de janeiro de 2003, a Lei nº 10.639 se tornou um marco ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabelecer a obrigatoriedade de incluir nos currículos da Educação Básica temas como a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e sua contribuição para a construção social, econômica e política do país, com ênfase nas áreas de História, Literatura e Educação Artística. A legislação também instituiu o Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, como data comemorativa no calendário escolar.

Ações de implementação

- Diagnóstico

Um diagnóstico inédito foi realizado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2024, elaborado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC). Foi a primeira vez, depois de mais de 20 anos da sanção da lei, que o governo federal conduziu uma avaliação nacional sobre o tema, com o intuito de formular uma política brasileira a respeito do assunto. Veja alguns resultados do [Painel Diagnóstico Equidade](#):

- 77,8% das secretarias estaduais de Educação realizaram a revisão curricular em cumprimento das leis; nas escolas municipais, 69,6% fizeram a implementação da educação étnico-racial.
- Ainda que 88,9% das secretarias estaduais participem de colegiados sobre diversidade racial e contem com equipes específicas para gerir políticas de equidade racial, apenas 59,3% dispõem de protocolos claros para lidar com casos de racismo ou injúria racial nas escolas.
- No que diz respeito ao financiamento, apenas 59,3% das redes estaduais não possuem políticas de reconhecimento de iniciativas que têm como objetivo a redução das desigualdades raciais nas escolas. Nas redes municipais, esse índice é de 89,6%.
- Menos de um terço das redes estaduais realizaram avaliações da implementação da legislação antirracista nas escolas. Além disso, 40,7% delas não consideram o efeito do racismo no desempenho dos alunos quando avaliam desigualdades de aprendizagem.

- **Política Nacional**

Diante desse contexto, o governo federal promete investir R\$ 2 bilhões, até 2027, na [Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola \(Pneerq\)](#), lançada pelo MEC no ano passado. Serão sete eixos, que vão impactar 5.570 municípios com ações focadas em redes com maiores desigualdades.

- Investimento direto em escolas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), específico para relações étnico-raciais e educação quilombola, além da criação do Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que reconhece redes de ensino que avançam nessa pauta.
- Eixo voltado à produção de materiais didáticos inclusivos, como cadernos pedagógicos e audiovisuais, e à construção de protocolos de enfrentamento ao racismo nas escolas, desde a educação infantil até o ensino superior.
- Mais de 262 mil vagas, até 2026, para profissionais da educação em formações com temas como o enfrentamento ao racismo estrutural, a promoção da diversidade e a inclusão das contribuições culturais afro-brasileiras e indígenas na educação básica.

Na avaliação do Todos Pela Educação, o Pnerq é um avanço histórico, mas possui pontos de atenção e precisará de monitoramento e ajustes contínuos para garantir que seus objetivos sejam atingidos. A organização destacou também que há necessidade de integrar os marcos legais e normativos, como o Estatuto da Igualdade Racial, à estrutura pedagógica e de gestão do plano.

- **Novo PNE**

No Congresso Nacional, a discussão é em torno do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira por um período de 10 anos. O PNE atual, instituído pela Lei nº 13.005/2014, teve sua vigência prorrogada até dezembro de 2025, e a construção do novo plano está em andamento no Legislativo desde maio deste ano.

O novo plano é uma oportunidade para fortalecer a educação como direito e, principalmente, para enfrentar as desigualdades raciais estruturais presentes no sistema educacional, como defendem especialistas e movimentos sociais.

Entre maio e junho de 2025, uma consulta pública coordenada pela Frente Parlamentar Mista Antirracismo reuniu mais de 400 propostas da sociedade civil e organizada, e a principal demanda foi a formação de professoras e professores antirracistas, reconhecendo que o racismo compromete a permanência de estudantes negros nas escolas, além de limitar o acesso ao conhecimento e excluir saberes ancestrais desse povo. Essas contribuições compõem o Caderno PNE Antirracista, entregue ao Congresso Nacional como referência para a formulação do novo plano.

A proposta defende a implementação efetiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer) com metodologias ativas e materiais pedagógicos diversos, com ênfase no combate ao racismo religioso. Também destaca a urgência de investimento na educação escolar quilombola, além da criação de métricas claras para monitorar desigualdades raciais nas redes de ensino.

O novo PNE tem previsão de ser votado no final deste ano e, após a aprovação, o desafio será monitorar se e como essas diretrizes serão implementadas nos estados e municípios.

- **Projetos que podem ser exemplo pelo país**

Apesar dos desafios na implementação, projetos inovadores em todo o país demonstram que a educação antirracista é possível, já está em prática em várias escolas e serve de modelo para combater o racismo estrutural nessas instituições de ensino. Portanto, o reconhecimento é essencial.

Um passo importante para isso veio junto com o Pnerq, que é o Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva de Educação para as Relações Étnico-Raciais, criado pelo MEC. A iniciativa valoriza financeiramente secretarias de educação, estaduais e municipais, que se destacam pela implementação da Lei nº 10.639/2003 e suas atualizações, reconhecendo ações de formação docente, revisão curricular, políticas de equidade e fortalecimento da educação escolar quilombola.

QUEM É PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA?

Primeira mulher negra a integrar o Conselho Nacional de Educação, em 2002, a professora e pesquisadora doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é referência na luta contra o racismo e na defesa de uma educação inclusiva no Brasil. Formada em Letras-Francês e doutora em Educação, a professora Sênior da UFSCar e teve papel fundamental na implementação da Lei nº 10.639/03, sendo relatora do parecer que regulamenta o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Foi relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Além do selo, diversas iniciativas locais vêm mostrando que é possível transformar o cotidiano escolar a partir de práticas antirracistas. O Prêmio Educar com Equidade Racial e de Gênero, organizado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) desde 2002, já identificou mais de 4 mil projetos desenvolvidos em todos os estados brasileiros, premiando práticas pedagógicas que promovem a igualdade racial e de gênero.

A [Escola Classe 18 do Gama \(Brasília-DF\)](#) foi premiada no [Prêmio Educar 2024](#) na categoria Escola – Ensino Fundamental I. Representada por Thiago Pereira Paz, a iniciativa promove momentos de aprendizagem sobre as culturas africana e indígena como forma de combater o ódio, o preconceito racial e a opressão estrutural, por meio de debates, apresentações culturais e bibliografia antirracista.

Outro exemplo, é o [projeto “Educando para as relações étnico-raciais na escola: por uma educação antirracista”](#), coordenado pelo professor Vítor Menezes, da Escola Estadual Monsenhor Ademar da Mota Valença (Canhotinho-PE) também vencedor do [Prêmio Educar 2024](#). A iniciativa promove o protagonismo estudantil por meio de atividades do Plano de Ação para a Educação Étnico-Racial, que inclui exposições orais e apresentações alinhadas às legislações antirracistas.

Uma iniciativa recente é a Olimpíada Brasileira de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (Obereri). Em sua primeira edição, o projeto envolveu mais de 29 mil participantes em todo o país. O objetivo da olimpíada é valorizar as histórias e culturas dos povos negros e indígenas, promovendo o respeito à diversidade por meio de atividades interdisciplinares e desafios que estimulam o trabalho em grupo, o diálogo e a empatia entre os estudantes.

O [projeto “A Terra Fala”](#), desenvolvido pela equipe Dandara, foi destaque no Espírito Santo na Obereri. Desenvolvido por estudantes do Centro Estadual Integrado de Educação Rural (Ceier), em Vila Pavão–ES, a proposta uniu educação no campo e saberes étnico-raciais por meio de uma exposição artística com colagens, esculturas e tintas naturais, além de oficinas que dialogaram com práticas agrícolas sustentáveis e a diversidade cultural local. O Ceier recebeu o certificado de Escola Antirracista e um kit de materiais didáticos.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Wilson Resende, de Cachoeiro de Itapemirim, também no Espírito Santo, conquistou o 10º lugar nacional e o 2º lugar na região Sudeste na Obereri. Orientado pelo professor de História Ojuobá Pedro Francelino Amador, o projeto reuniu estudantes do ensino médio para a valorização da cultura afro-indígena como ferramenta de transformação social e educacional, fortalecendo a consciência crítica sobre as relações étnico-raciais e evidenciando a importância de práticas pedagógicas inclusivas.

O Quilombo Educacional é projeto do Instituto Guetto em parceria com o Instituto Unibanco, que criou comunidades de prática com gestoras e gestores escolares nos estados do Maranhão, Alagoas e Sergipe, com encontros presenciais e semanais voltados à construção de uma gestão escolar antirracista.

Essas experiências mostram que é possível e urgente construir uma educação que enfrente o racismo estrutural, reconheça os saberes historicamente marginalizados e forme novas gerações mais críticas, empáticas e comprometidas com a equidade.

COMO ACOMPANHAR: PAUTAS POSSÍVEIS

Implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 nas escolas - Acompanhar como estados e municípios estão incluindo a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares. Há formação de professores? Há recursos didáticos específicos? Há financiamentos específicos? Os dados mostram impactos na permanência e no desempenho de estudantes negros e indígenas?

Acompanhamento da tramitação do novo PNE (2024 – 2034) - Analisar se as propostas antirracistas levantadas na consulta pública estão sendo incorporadas ao texto final em discussão no Congresso Nacional. Após a aprovação, será fundamental monitorar se e como essas diretrizes serão implementadas nos estados e municípios.

Construção do novo PNE - Acompanhar o que os movimentos e a sociedade civil organizada estão defendendo que deve ser incorporado ao texto do novo PNE. Há várias emendas sendo entregues à Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o novo Plano.

Experiências pedagógicas que são inspirações - Apresentar escolas, professores e projetos que desenvolvem práticas antirracistas no cotidiano escolar. É importante mostrar os impactos do projeto no ambiente escolar e na permanência dos estudantes negros e indígenas.

Os desafios e avanços da educação quilombola - Cobrir a situação das escolas quilombolas e indígenas, com foco em estrutura, financiamento, acesso à formação de professores e valorização dos saberes tradicionais. No Painel Diagnóstico Equidade do MEC, há dados sobre a estrutura dessas escolas.

Formações antirracistas para profissionais da educação - Acompanhar redes públicas e privadas que estão promovendo formação continuada com foco em relações étnico-raciais. Quem oferece? Qual o conteúdo? Qual o impacto?

Conteúdo antirracista e inclusivo - Analisar a presença ou ausência de autores negros e indígenas nos materiais e rotinas pedagógicas adotados pelas escolas.

Racismo nas escolas - Mapear se há protocolos para enfrentamento de casos de racismo dentro da escola. As vítimas têm apoio? Esses colégios têm orientação institucional? Como os casos são tratados?

Pontos de atenção na cobertura antirracista

- Não trate casos de racismo como episódios isolados. Sempre relacione com dados atuais e recortes raciais. Busque evidenciar como esses casos se inserem em um cenário mais amplo de desigualdade histórica.
- Evite simplificações. Mostre que o racismo é sistêmico e estrutural: não se trata de atitudes individuais apenas ou de “pessoas más”, mas de estruturas que perpetuam privilégios e exclusões dentro do sistema educacional.
- Priorize vozes negras. Valorize as experiências e perspectivas de educadoras e educadores, estudantes, lideranças quilombolas, especialistas e movimentos sociais que vivenciam, pesquisam e enfrentam essas questões no cotidiano escolar.
- Não restrinja a pauta ao Mês da Consciência Negra. A educação antirracista precisa ser entendida como uma política contínua e estratégica para garantir o direito à educação de qualidade para todas as pessoas.
- Esteja atento ao vocabulário antirracista. Evite expressões racistas ou excludentes. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Rede de Jornalistas Pretos pela Diversidade na Comunicação são boas fontes de referência para consulta e formação.

Para saber mais

- [Pnad Educação 2024](#)
- [Percepções sobre o racismo](#)
- [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola \(2012\)](#)
- [Declaração de Durban](#)

- [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais](#)
- [Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003](#)
- [Lei nº 11.645, de 10 março de 2008](#)
- [Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012](#)
- [Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola \(Pneerq\)](#)
- [Painel Diagnóstico Equidade](#)
- [Todos Pela Educação: Análise da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola \(Pneerq\)](#)
- [Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva de Educação para as Relações Étnico-Raciais](#)
- [Prêmio Educar com Equidade Racial e de Gênero](#)
- [Quilombo Educacional](#)
- [Olimpíada Brasileira de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena \(Obereri\)](#)
- [Comunicação Antirracista - um guia para se comunicar com todas as pessoas, em todos os lugares](#)
- [Expressões racistas: por que evitá-las? \(TSE\)](#)
- [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(LDB\)](#)
- [Resolução CNE/CEB nº 08/2012](#)